

**PARALELOS ENTRE A REFORMA DO ENSINO DE 1942 E
O MOVIMENTO TENENTISTA**

Vitor Sergio de Almeida¹
Ryhã Henrique Caetano e Souza²

RESUMO: O artigo doravante apresentado, sob a abordagem bibliográfica, tem como objetivo demonstrar os paralelos entre a concepção ideológica de educação por parte dos tenentes e a reforma do ensino brasileiro, em 1942, na presidência de Getúlio Vargas, proposta pelo ministro Gustavo Capanema. Constata-se que nos dois casos é forjado um projeto republicano (de participação popular) para à educação, entretanto, nas duas épocas, impera os interesses dos donos do poder, eclodindo no acesso da elite (preparação profissional) e no desprestígio das camadas desafortunadas à escolarização.

PALAVRAS CHAVE: Ensino; Capanema; Tenentismo.

ABSTRACT: The article hereafter presented, under the bibliographic approach, aims to demonstrate the parallels between the ideological conception of education by the lieutenants and the reform of Brazilian education in 1942, under the presidency of Getúlio Vargas, proposed by Minister Gustavo Capanema. It appears that in both cases a republican (popular participation) project for education is forged, however, in both seasons, the interests of the power holders prevail, resulting in elite access (professional preparation) and in the disrepute of the disadvantaged layers. schooling.

KEY-WORDS: Teaching; Capanema; Tenentism.

Introdução

O presente artigo propõe a realização de alguns apontamentos acerca da reestruturação da política educacional de 1942 (chamada de Reforma Capanema) encabeçada

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do grupo de pesquisa Políticas, Educação e Cidadania (Polis), sediado na UFU. E-mail: vitor_sergio@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2112854611217382>

² Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Membro do grupo de pesquisa Políticas, Educação e Cidadania (Polis), sediado na UFU. E-mail: ryhasouza@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2102883280571757>

pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema³, no primeiro governo de Getúlio Vargas (1934 a 1945), e do movimento histórico do tenentismo, deflagrado anos antes, nas décadas de 1920 e 1930, relacionando, então, esses dois acontecimentos, mostrando uma confluência dos interesses educacionais deflagrados por eles. Destarte, acredita-se que esses dois fatos históricos devem ser vistos perante a conjuntura social da época, as crescentes transformações políticas e as concepções ideológicas hegemônicas.

Nesse estudo, o pressuposto inferido é que a Reforma Capanema encontra eco nos novos arautos que emergiam na época, alguns signatários dos princípios tenentistas, contribuindo, assim, para que os rearranjos, impactados pelos interesses dos detentores do poder (industriais), penetrassem e alastrassem, via educação, na sociedade brasileira.

Em relação a divisão estrutural desse estudo, explica-se que ela obedece três seções interdependentes e sequenciais. Elas são precedidas por uma contextualização histórica (a parte seguinte) dos idos iniciais dos anos 1900 no Brasil. Na primeira seção existe um breve resgate do tenentismo, precipituando à causa educacional. A seção posterior dispõe sobre a proposta de reforma da educação brasileira desencadeada pelo ministro Gustavo Capanema. A terceira e última parte faz uma correlação entre esses dois fatos com o olhar voltado para o ideal educacional pretendido e para aquilo que foi colhido. Por fim é disposto a compilação dos principais achados dessa análise.

01- Contextualização histórica

Já no início dos anos 1910 há manifestações populares e operárias demonstrando a insatisfação de grande parte da população com establishment vigente, essas indignações passam a ser um estorvo para o projeto de poder das elites oligárquicas brasileiras (os poderosos), destacando o acordo de Ouro Fino⁴ – da política do café com leite. Eis, então, a

³ Em 1930, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde foram criados em conjunto, em uma única pasta, com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Gustavo Capanema chefiou o respectivo ministério por aproximadamente 11 anos contínuos, de 1934 a 1945. Nesse período, torna-se marcante a presença de intelectuais famosos junto ao ministro, como consultores, formuladores de projetos, defensores de propostas educativas ou autores de programas de governo.

⁴ Acordo, ratificado na cidade de Ouro Fino, Minas Gerais, em 1914, entre as elites mineira e paulista, o qual previa a ajuda mutua entre esses dois grupos detentores do poder, gerando, assim, a política do café (produto até então vigente em São Paulo) com o leite (de grande produção em Minas Gerais).

eclosão de fissuras e tensões na organização social, que são motivadas pelos preceitos de liberdade e autonomia dispostos na Constituição Federal (CF) de 1891.

Nos anos 1920, o Brasil tem como principal base econômica o setor agrário exportador, representado pelos grandes cafeicultores. No entanto, a urbanização é alavancada, sendo que os grandes centros urbanos sofrem um processo de industrialização forjado não como opositor ao regime agroexportador, e sim como dependente dele. Dessa feita, a burguesia, como representante oriunda das indústrias, reivindica a participação nas decisões governamentais e reformas das instituições políticas.

Não havia incompatibilidade entre o desenvolvimento da indústria e o setor dinâmico, representado pela agricultura cafeeira, e menos ainda uma oposição de interesses entre os dois setores. O percurso da indústria estava fortemente condicionado à situação do café. (SARETA, 1997, p.218).

Diz-se que as primeiras décadas dos anos 1900, os anos entrópicos⁵, abalizaram o fortalecimento do poder oligárquico (regional e local), caracterizando, então, a república brasileira por uma ordem em que o domínio político e cultural concentrava de forma hegemônica na orbe do setor agrário.

Destaca-se também que, nesse contexto, há o deflagramento de políticas de imigração, via caravanas, as quais se caracterizaram pela migração de estrangeiros, fugidos da Europa em decorrência da I Grande Guerra (1914 a 1918), e de camponeses, em busca de melhores condições de vida, aos centros urbanos do país.

Expõe-se que, em decorrência do processo de industrialização, o número de trabalhadores das indústrias eleva vertiginosamente, os quais passam a se organizar, assim, provocando o surgimento de sindicatos trabalhistas, defendendo os anseios da classe operária. Outrossim, esses atores adentram à cena política, isto é, as camadas médias urbanas⁶ passam a demandar programas públicos específicos as suas necessidades.

Portanto, a presença e o fortalecimento desses nichos urbanos imbricam em uma reconfiguração da arena política, sendo que os novos sujeitos sociais possuem percepções políticas e culturais distintas dos donos do poder. Um exemplo disso consiste no notório fervor, dessa camada, às tendências políticas republicanas liberais.

⁵ Lessa (1999, p. 74) explica que “A ideia de entropia, entendida como associação entre o estado de anarquia e elevado grau de incerteza [...]”.

⁶ Expressão alcinhada por: FORJAZ, Maria Cecilia. Obra: *Tenentismo e política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Trata-se da designação de um grupo composto por civis, militares e profissionais liberais, que tinham em comum a crítica à política do café com leite.

Salienta-se que o descontentamento em relação à política em vigor não se concentra apenas a esses novos atores sociais, ele também é incorporado pelas oligarquias dissidentes⁷, que haviam perdido os pleitos eleitorais anteriores (especialmente o de 1910), demonstrando um inconformismo com os mandos e desmandos dos signatários da política do café com leite e requerendo o poder para si.

Nesse contexto, parte dos militares passa a representar a ordem e o esteio da república, que segundo eles estavam abaladas pelo “pretensioso e inculto bacharelismo”, fazendo, dessa forma, referência ao civis que se tornaram presidentes após o golpe republicano⁸.

Nesse interim, os insatisfeitos tornam-se numerosos e representativos: burguesia industrial, operários, oligarquias dissidentes e militares. Todos com um inimigo em comum: a política republicana do coronéis. Desenvolvendo, desse jeito, uma onda de oposição ao *status quo*. Exceto o inimigo em comum, esse grupo de oposição não possuía nenhum laço de união.

Feita essa breve contextualização histórica, torna-se fundamental observar a postura dos militares diante desse contexto e das pretensões dos descontentes, o que é feito na próxima seção.

02- Os tenentes e a política

No século XIX, no Brasil, os oficiais do Exército encontram cindidos entre aqueles conhecidos como “científicos” e os “tarimbeiros”, ou seja, entre aqueles vinculados à escola militar e aqueles não pertencentes, com uma formação além da militar. O último grupo (os científicos) concebe que os soldados devem ser cidadãos, ou seja, o soldado antes de ser soldado é um cidadão, portanto, deve possuir uma:

[...] educação científica que... o habilite pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela racional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres não só militares como principalmente sociais. (MORAES, 1997, p. 12).

⁷ O termo “oligarquias dissidentes” diz respeito aos grupos oligárquicos que não faziam parte do acordo de Ouro Fino, entre Minas Gerais e São Paulo. Dentre outros participantes desse grupo, citam-se as oligarquias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, as quais se juntaram para disputar as eleições presidenciais em 1910 e em 1922.

⁸ O golpe é entendido especialmente pelo fato da república subverter a ordem vigente sob o uso da força (ARAÚJO; VELHO, 2007).

Essa figura do cidadão soldado carrega em si a do militar político. Destarte, a “mocidade militar”⁹ desenvolveu dentro do Exército características que o torna mais suscetível à intervenção política. Essa percepção dos militares a respeito do seu papel social ganha relevância após a “missão francesa”¹⁰, que fez eclodir a capacitação do Exército brasileiro não somente para à guerra como também para às ações cívicas.

Nesse entremeio, destaca-se a elevação da importância do Exército nos rumos políticos do país, creditando a ele, por exemplo, o ônus de protagonista da Proclamação da República, em 1889. Com base nessa construção discursiva, o próprio Exército resgata a sua prática intervencionista, ressignificando a expressão “Ordem e Progresso” para os fins intervencionistas. Em suma, o grande propósito do tenentismo se dá em reconquistar o poder surrupiado nos primeiros anos da república – na oligarquia.

Caracterizado por ficar praticamente restrito aos oficiais de baixa patente; como tenentes, soldados e cabos; o tenentismo encontra a sua base estrutural (um campo fértil para a sua instauração) na reformulação militar¹¹, na falta de representatividade popular nos partidos políticos, na fragilidade de organização da classe operária (os sindicatos não conseguiam cooptar a grande massa) e na positividade do soldado cidadão (BELLINTANI, 2009).

Malan (1988) salienta que a contrariedade oligárquica não encontra representatividade em nenhum grande partido, já que essas agrupações políticas até aquele momento não apresentam abrangência federal, o que contribui (e até certo ponto impossibilita) uma reação civil ao acordo de Ouro Fino.

Já os tenentes canalizam não apenas o próprio descontentamento, como também do estrado médio e alto urbano, entretanto, eles assumem o protagonismo do grupo dos inconformados.

Mas, quais eram os pilares almejados pelos tenentistas? O grupo (heterogêneo no quesito ideológico, econômico e político), em sua maioria, opunha-se a ação política e social

⁹ Termo usado por Celso Castro, para designar aqueles militares com estudos superiores. In: *Os Militares e a República: Um Estudo Sobre Cultura e Ação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

¹⁰ Tal missão, chefiada pelo general Maurice Gamelin, foi contratada em 1919 para orientar, a partir de 1920, a modernização do Exército do Brasil. Inicialmente prevista por quatro anos, o seu contrato foi renovado, sucessivamente, por 20 anos, permanecendo de 1920 a 1940. Ela consistia em reorganizar, inicialmente, as escolas militares e, em decorrência, o próprio Exército. Evidencia-se que foi reverberada a ideia, então dominante, que a finalidade principal do Exército era o preparo das forças para a guerra, ademais, a mobilização militar passou a ser encarada também como uma mobilização de participação nos assuntos de interesse nacional.

¹¹ Acerca da reformulação na estrutura militar, recomenda-se a leitura da tese de doutorado de BELLINTANI, L. Adriana: *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, Organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*. Brasília, 2009.

Paralelos entre a reforma do ensino

dos governos representantes das oligarquias (café com leite) sob a alegação que o controle oligárquico contribui para agravar o quadro de desigualdade e desmandos espúrios existentes. Embora tivessem uma posição conservadora e autoritária, os tenentes defendem reformas políticas e sociais a fim de impor a moralidade política e o combate à corrupção. Enaltece-se que esses princípios são positivos, contudo, presentes apenas no campo discursivo, e não na prática. Ainda sobre os ideais, citam-se

As teses econômico-sociais do tenentismo configuravam um programa típico de classe média, cujos princípios básicos eram os seguintes: 1) nacionalismo, defesa da unidade nacional e combate à descentralização federativa própria da Primeira República; 2) estabelecimento de direitos e garantias às classes trabalhadoras (jornada de oito horas, salário mínimo, regulamentação do trabalho feminino e dos menores, leis eficientes de acidentes no trabalho, caixa de aposentadoria e pensões, lei de férias e repouso semanal remunerado); 3) industrialização, intervenção econômica estatal e planejamento. Coerentes com a estratégia política de fortalecimento do Estado, propunham maior capacidade regulamentadora sobre o sistema econômico. Não tinham uma perspectiva industrializante. Não rejeitavam a necessidade da industrialização, mas consideravam o desenvolvimento e a diversificação agrícolas como meta prioritária. (FORJAZ, 1977, p. 12).

Assevera-se que o princípio norteador desse movimento é, sob a ideia de moralizar os processos e atos políticos brasileiros, impor um forma de pensar e agir conforme os seus dogmas e interesses (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Nesse momento, resgata-se que a escola é o cerne da formação do indivíduo.

Neste contexto, o movimento militar de contestação a política implementada à época ganha tônica a fim de evitar alguma insurreição contra a harmonia estabelecida pelas autoridades. Ressalta-se que o Exército consistia, até então, no único grupo organizado em território nacional.

No momento em que surgiu o levante dos militares, a inconformidade das classes médias urbanas contra os desmandos e o conservadorismo presentes na cultura política do país se expressava. Ao mesmo tempo, o tenentismo era mais uma clara evidência do processo de diluição da hegemonia dos grupos políticos vinculados ao meio rural brasileiro. (SOUSA, 2019, p. 1).

Os tenentes, todavia, não possuem um plano de ação e não sabem como implantar as reformas que defendem. Explica-se que mesmo o tenentismo não tendo conseguido produzir efeitos práticos, ele desencadeia uma ruptura na oligárquica estrutura política do Brasil.

Salienta-se que em termos educacionais, os tenentistas defendem “a reforma do ensino público, a obrigatoriedade do ensino primário e a moralização da política”. Além

disso, “denunciavam, também, as miseráveis condições de vida e a exploração dos setores mais pobres” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 347).

A prática escolar, de modo geral, reveste-se em partes pelos contornos positivistas¹², dessa feita, os pressupostos estão em consonância às preocupações dos setores dominantes, sendo a educação um símbolo de mudança social, capaz de despertar nos cidadãos o ideal de civismo e, por consequência, de nação. A ordem é habilitar os estudantes para conduzirem a nação no rumo do progresso. Por meio desses princípios, solidificados pelo ensino, visa-se difundir a ordem e a regeneração das anomalias da sociedade. Em meio a isso, concebe-se e se desenvolve a crença que os oficiais militares devem intervir, quando necessário, nos assuntos políticos do país.

Por fim, essas concepções levam os tenentes à diversas revoltas, como as de 1922 e 1924, que servem de motivação para à Revolução de 1930, que pôs fim à Primeira República e coloca Getúlio Vargas no poder. Esse ato revolucionário vale pelo estabelecimento de um consenso hegemônico entre o Exército e a classe política acerca da necessidade da construção de uma nova identidade brasileira.

Posto, de modo breve, a imersão e a consolidação, bem como o ideal de pensamento, do movimento tenentista, agora, busca-se ressignificá-lo perante a reestruturação da educação brasileira, disposta em 1942. Eis que essa discussão é desencadeada na seção seguinte.

03- O ideário tenentista e a Reforma Capanema

A educação escolar, tanto para os tenentes quanto para o governo de Getúlio Vargas, consiste na preparação do indivíduo para atuar no mercado de trabalho e, hodiernamente, na sua constituição social. Logo, visa-se capacitar profissionais qualificados com conhecimentos e habilidades necessárias para contribuir tanto para o trabalho manual como para o intelectual (CASTRO, 1995). Desse modo, satisfaz as demandas do capital – dos industriais.

Conforme o discurso nacionalista de Vargas, além do ensino estar a serviço do desenvolvimento econômico do país e da efetivação financeira dos trabalhadores, busca-se a construção de uma nova identidade nacional. Essa recém caracterização precisa acontecer por meio de uma reforma educativa que pleiteia, conforme o Exército, à formação de cidadãos

¹² Ressalta-se que o positivismo em solo brasileiro, no final do século XIX e início do século XX, influencia algumas reformas no setor educacional, como a elaborada por Benjamim Constant, em 1890, e pelo Ministro Rivadávia Correia, em 1911 (TAMBARA, 1991, p. 97).

com espírito patriótico. Ressalta-se o elevado ideal de civismo enquanto meio para desenvolver um abrutido nacionalismo.

Nesse sentido, o discurso cívico-nacional alça à educação “como a panaceia para todos os males e o único caminho para uma verdadeira transformação social” (BOUTIN; SILVA, 2014, p. 10), torna-se hegemônico, passando, dessa maneira, a ocupar no seio da sociedade uma posição mobilizadora e de teor inquestionável.

Com efeito, as ideologias sobre as quais se assentam as propostas educacionais são vistas como essências para a sustentação, controle, difusão e reprodução do sistema administrativo, político e econômico preconizado, sendo que é por meio do ensino que se estabelece um padrão de conduta.

A preparação da força de trabalho não pode se dar, como nos modos de produção anteriores, apenas no interior do próprio processo de trabalho. Além disso, a forma particular da sociabilidade capitalista, que articula desigualdade social com desigualdade formal, implica, por parte de todos e, portanto, também dos explorados, a adesão esta forma de sociedade, sem que, para isso, tenha que ser utilizada, rotineiramente, a violência direta (TONET, 2005, p. 13).

Os anseios do governo Vargas, os quais encontram ressonância nos ideias tenentistas, faz eclodir uma transformação ampla no pensamento e na disposição da sociedade brasileira, o qual é instituído por meio da centralização do ensino, ecoando o caráter cívico-nacional.

Observa-se na reforma implementada por Capanema¹³ a construção de um arcabouço ideológico de abrangência nacional de uma nova identidade para a educação brasileira. O ensino passa, portanto, a se inserir como estratégia não violenta de controle social e manutenção política, contendo ranhuras no tecido da sociedade brasileira e perpetuando valores e concepções ideológicas, estrategicamente, concebidas para esse fim.

Aponta-se ainda para a preocupação da reforma não se constituir somente por meio do discurso, da pacificação das tensões conflitantes entre os diversos atores políticos e sociais, como também na questão econômica industrial:

¹³ O ministério chefiado por Capanema reverbera a centralização da educação nacional por meio de diretrizes e currículos. As reformas foram sendo implantadas de modo gradativo, sendo dispostos oito decretos-leis: 1) Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o SENAI; 2) Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; 3) Decreto-Lei nº 4.244, de nove de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; 4) Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; 5) Decreto-Lei nº 8.529, de dois de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; 6) Decreto-Lei nº 8.530, de dois de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; 7) Decreto-Lei nº 8.621, de dez de janeiro de 1946, que cria o SENAC; 8) Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2007, p. 254).

É significativo observar que o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país, a partir de 1937, refletiu no campo educacional. Embora o ministro Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar um ensino industrial. Um decreto-lei janeiro de 1942, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada. Pouco antes surgira o Serviço Nacional de aprendizagem Industrial (SENAI), destinado ao ensino profissional do menor operário. Subordinado ao Ministério da Educação, o SENAI, ficou sob a direção da Confederação Nacional da Indústria. (FAUSTO, 1994, p. 367).

Nesse sentido, as diretrizes para o ensino, mais uma vez, assinalam para a compreensão de que a finalidade para a educação se pauta em uma ideologia em que se logra a preparação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho, em especial pelos cursos técnicos profissionais¹⁴, e da condução da elite para o Ensino Superior.

persistiu a separação entre os dois ramos da educação de nível médio e o acesso muito restrito ao ensino superior, para os oriundos da educação profissional, que foi mantida implicitamente para as classes mais baixas. Os egressos desse ramo da educação só tinham acesso ao curso superior correspondente ao profissional médio cursado. (OTRANTO; PAMPLONA, 2008, p. 14).

Precipitua-se que o ensino técnico-profissional converge para os mesmos fins: 1) Formação de profissionais para suprir as necessidades de setores específicos; 2) Proporcionar aos jovens e adultos não diplomados a qualificação técnica e profissional necessária para o aumento da eficiência e produtividade; 3) Dar suporte de capacitação a profissionais diplomados e habilitados (PILETTI, 1996).

Em relação ao Ensino Secundário¹⁵ (a educação básica), Otranto e Pamplona (2008) citam que os rearranjos são discriminatórios, pois, estão enrijecidos para a elite financeira, uma vez que se destina a formar as “individualidades condutoras, isto é, os homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação [...]” (OTRANTO; PAMPLONA, 2008, p. 13). Fazendo, nesse caso, lembrar o ideal positivista.

¹⁴ O ensino técnico-profissional, que visava à formação de trabalhadores, foi implementado por três Decretos-Lei: ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942); ensino comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943); ensino agrícola (Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946). A duração dessas três modalidades era a mesma do Ensino Secundário, desenvolvidos em dois ciclos (PILETTI, 1996).

¹⁵ Acerca da organização do curso secundarista, salienta-se que havia o curso ginásial de quatro anos que antecedia ao curso colegial de três anos, mais voltada para a formação geral. Este era dividido em colegial clássico e colegial científico. As matérias comuns aos dois cursos eram: Português, Matemática, Francês, Inglês, Espanhol, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil. (PILETTI, 1996).

Paralelos entre a reforma do ensino

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. (BRASIL, 1942, p. 1).

Reforça-se que o Ensino Secundário está calcado na preparação de estudantes (da classe afortunada) para o ingresso em qualquer curso de nível superior, assim, a elite atual, no futuro, é substituída pelos seus descendentes diretos, permeando, desse modo, um ciclo sucessório vicioso. Vê-se que, a partir de então, é instaurada a associação escancarada de elite (de poder) à escolarização.

A reestruturação implementada deixa claro a ideia de separação do Ensino Secundário do profissionalizante. O primeiro, “destinado às elites condutoras”; o segundo, “destinado ao povo conduzido”. A reforma também tinha um caráter corporativista porque “vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social.” (SAVIANI, 2007, p. 269).

Por fim, essa estratégia, isto é, a tal reforma, guarda em si a transformação do sistema de ensino que aparentemente se torna mais democrático, no entanto, mantém inalterada a estruturação hierarquizada. Considera-se, assim, que há uma estreita relação entre o ideal de reformulação escolar de Capanema e a efetivação das perspectivas sociais, culturais e políticas dos tenentes.

Isto posto, tem-se na próxima parte o arremate da presente análise.

Considerações finais

Em relação ao objetivo precípuo desse artigo, debruça-se que o movimento tenentista, o qual busca reestruturar o modo pensante e operante da sociedade, até então oligárquico, sob um regime de fervor democrático e de ajuda às classes sociais ínfimas não se concretiza. Ocorre, na realidade, uma mera readequação da ordem socioeconômica de acordo com os interesses dos novos donos do poder – o advindo sistema industrial. Na educação, resgata-se que a noção de patriotismo (construção de um ensino sob o pilar cívico-nacional) é um conceito meramente alçado (sem embasamento pedagógico), uma vez que tem uma denotação persuasiva arrebatadora, mas, que não se efetiva no ensino brasileiro. O tenentismo não

eclode um amplo acesso à educação, nem se preocupa com qualquer aspecto formativo além dos imperativos positivistas.

Constata-se também que, durante a Reforma Capanema, os ideais dos industriais despontam, direcionando um ensino pautado na instrumentalização, no controle social e focado no nicho elitizado – pensamento implícito no tenentismo. Torna-se preponderante salientar que é desencadeado, sem sombra de dúvidas, um trato mais atento e valoroso da educação (principalmente para o ensino técnico-profissional a fim da qualificação da mão de obra), não obstante, o suficiente para democratizar, verdadeiramente, o acesso das diversas classes socioeconômicas existentes ao ensino brasileiro.

Em suma, nos dois casos, até existe um rompimento com o contexto anterior, entretanto, as proposições para a educação brasileira não eclodem o verdadeiro sentido formativo (crítico) do ensino, forjando uma grande massa de trabalhadores a cooperar para o crescimento do lucro e da produtividade do sistema em curso.

Referências

ARAÚJO, Rita de Cássia e Barreto; VELHO, Tulio (orgs.). 1964: **O Golpe Passado a Limpo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Exposição de Motivos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>. Acesso em 22 de maio de 2019.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Cristina Jensen Ruppel. **Sobre atividades educativas de caráter emancipador: limites e possibilidades**. Faculdade Santana em Revista, Ponta Grossa, v. 10, p. 101- 110, 2014.

BELLINTANI, L. Adriana **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, Organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Brasília, 2009.

CASTRO, Celso. **Os Militares e a República: Um Estudo Sobre Cultura e Ação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. Edusp. São Paulo: 1994

FORJAZ, Maria Cecília. **Tenentismo e política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LESSA, Renato. **A invenção republicana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Paralelos entre a reforma do ensino

MALAN, Alfredo Souto. **Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MORAES, João Quartim. O Positivismo nos anos 20, Entre a Ordem e o Progresso. In: **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

OTRANTO, Celia Regina; PAMPLONA, Ronaldo Mendes. Educação Profissional do Brasil Império à Reforma Capanema: dicotomia na educação e na sociedade brasileira. In: **V Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2008, Aracajú. O Ensino e a Pesquisa em História da Educação, 2008. v. 1. p. 373-373. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/873.pdf>. Acesso em: 26 de março de 2019.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 1 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2007, 472p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 347.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Tenentismo**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/tenentismo.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2020.

TAMBARA, Elomar. Educação e Positivismo no Brasil [166-178]. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol II: século XIX. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

TONET, Ivo. **Educação Cidadania e emancipação humana**. Unijuí, Ijuí: 2005.